



12º SIMULADO

DEPEN

AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

12º Simulado DEPEN

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DEPEN-09-08-20>

01 – C	E	25 – C	E	49 – C	E	73 – C	E	97 – C	E
02 – C	E	26 – C	E	50 – C	E	74 – C	E	98 – C	E
03 – C	E	27 – C	E	51 – C	E	75 – C	E	99 – C	E
04 – C	E	28 – C	E	52 – C	E	76 – C	E	100 – C	E
05 – C	E	29 – C	E	53 – C	E	77 – C	E	101 – C	E
06 – C	E	30 – C	E	54 – C	E	78 – C	E	102 – C	E
07 – C	E	31 – C	E	55 – C	E	79 – C	E	103 – C	E
08 – C	E	32 – C	E	56 – C	E	80 – C	E	104 – C	E
09 – C	E	33 – C	E	57 – C	E	81 – C	E	105 – C	E
10 – C	E	34 – C	E	58 – C	E	82 – C	E	106 – C	E
11 – C	E	35 – C	E	59 – C	E	83 – C	E	107 – C	E
12 – C	E	36 – C	E	60 – C	E	84 – C	E	108 – C	E
13 – C	E	37 – C	E	61 – C	E	85 – C	E	109 – C	E
14 – C	E	38 – C	E	62 – C	E	86 – C	E	110 – C	E
15 – C	E	39 – C	E	63 – C	E	87 – C	E	111 – C	E
16 – C	E	40 – C	E	64 – C	E	88 – C	E	112 – C	E
17 – C	E	41 – C	E	65 – C	E	89 – C	E	113 – C	E
18 – C	E	42 – C	E	66 – C	E	90 – C	E	114 – C	E
19 – C	E	43 – C	E	67 – C	E	91 – C	E	115 – C	E
20 – C	E	44 – C	E	68 – C	E	92 – C	E	116 – C	E
21 – C	E	45 – C	E	69 – C	E	93 – C	E	117 – C	E
22 – C	E	46 – C	E	70 – C	E	94 – C	E	118 – C	E
23 – C	E	47 – C	E	71 – C	E	95 – C	E	119 – C	E
24 – C	E	48 – C	E	72 – C	E	96 – C	E	120 – C	E

PORTUGUÊS**Janaína Arruda**

O Estado, único detentor legítimo do poder de utilizar a força para garantir a execução das leis, tem o dever de equipar-se para proteger a sociedade e assegurar o seu funcionamento. As leis, as normas internacionais sobre direitos humanos e o direito humanitário (aplicáveis às situações de conflito armado, internacional ou interno) reconhecem a existência de situações excepcionais, nas quais o Estado pode derrogar ou restringir alguns direitos e liberdades, condicionado, porém, a limitações quanto à duração, à publicidade e à necessidade de serem prestadas contas aos órgãos competentes sobre o uso dos poderes especiais durante a vigência da derrogação.

No Brasil, na América Latina e em outras regiões, os governos e a sociedade civil empreendem esforços para eliminar a violência criminosa e o arbítrio policial herdados de um passado de ditaduras e sociedades autoritárias. O esforço pelo aperfeiçoamento das instituições judiciais e policiais encontra ainda sérios obstáculos, agravados, entre outros, pelo tráfico de drogas, comércio ilegal de armas e crime organizado. A violência nas cidades e em regiões rurais serve de pretexto para os defensores da “tolerância zero” atacarem as conquistas democráticas e os direitos humanos, sob o equivocado pretexto de que essas práticas tolhem a ação da polícia.

O Brasil tem recorrido à cooperação internacional para dotar suas polícias civil e militar de técnicas adequadas para combater o crime, sem o emprego abusivo da força.

Gilberto Sabóia. Dilemas em face do terrorismo e da barbárie. In: Folha de S. Paulo, 28/8/2005 (com adaptações)

01. O poder incondicional do Estado de suprimir direitos e liberdades com o intuito de garantir a ordem social é reconhecido pelo direito internacional.

02. De acordo com o texto, o tráfico de drogas, o comércio ilegal de armas e o crime organizado são os responsáveis pelo não aperfeiçoamento das instituições judiciais e policiais no Brasil.

03. O texto é predominantemente expositivo, mas apresenta trechos em que a argumentação é revelada.

04. O texto aponta, como origem do quadro de violência policial, os anos de governo de exceção que foi imposto na América Latina e em outras regiões.

05. Infere-se do texto que tanto a sociedade civil quanto o governo estão juntos para lutar contra a criminalidade.

06. Estaria mantida a correção gramatical caso o trecho “As leis, as normas internacionais sobre direitos humanos e o direito humanitário (aplicáveis às situações de conflito armado, internacional ou interno) reconhecem a existência de situações excepcionais” Fosse assim reescrito: As leis, normas internacionais sobre direitos humanos e o direito humanitário (aplicáveis a situações de conflito armado, internacional ou interno) reconhecem a existência de situações excepcionais.

07. O primeiro período do texto apresenta duas ideias de finalidade para o núcleo “Estado” e seu dever de equiparação.

08. No segundo período do primeiro parágrafo, o pronome relativo “nas quais” retoma a expressão “situações excepcionais”

09. Os termos “crimiosa” e “arbítrio”, no segundo parágrafo do texto, exercem a mesma função sintática no período em que ocorrem.

10. A substituição do termo “herdados” por “herdada”, no segundo parágrafo, alteraria o aspecto gramatical do texto, pois estabeleceria concordância apenas com o primeiro elemento enumerado.

11. O uso das aspas no final do segundo parágrafo, apresenta sentido irônico, além de demarcar o nome de um movimento.

12. A última vírgula presente no texto é facultativa, uma vez que separa um adjunto adverbial de modo.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thállius Moraes

Levando em consideração disposições previstas na Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos civis federais, analise a próxima assertiva.

13. A autoridade instauradora do processo poderá, de forma cautelar, para evitar que o servidor indiciado interfira nas investigações, determinar o seu afastamento temporário, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de até sessenta dias.

Conforme as regras elencadas na Lei 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, julgue o próximo item.

14. Um dos requisitos para a celebração do acordo de leniência é que a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data da celebração do acordo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

No conjunto de todas as frases, as proposições encontram-se entre aquelas classificadas como declarativas e verbais, ou seja, entende-se como proposição todo conjunto de palavras ou símbolos que exprimam um pensamento de sentido completo, para o qual seja possível atribuir, como valor lógico, ou a verdade ou a falsidade. Assim, as proposições transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que se formam a respeito de determinados entes.

Considerando as informações contidas no texto acima, julgue o item subsequente.

15. Na lista de frases apresentadas a seguir, há exatamente duas proposições.

Preencha o formulário e entregue ao secretário.
O Estado pode ser titular de Direitos Fundamentais?
Esta frase é falsa.
Existem mais de 3.000 Agências da Previdência Social.
Ele foi o presidente do Brasil de 2001 a 2010.

16. O número de linhas da tabela verdade correspondente à proposição $(\neg p \wedge q) \rightarrow (q \vee \neg r)$ é igual a 16.

17. A proposição $[\neg B \wedge (A \rightarrow B)] \rightarrow \neg A$ é uma tautologia.

18. A negação da proposição “Eu acho que Recife é lindo” é “Eu acho que Recife não é lindo”.

19. A negação da proposição “Todo recifense é carioca ou algum carioca não é recifense” é equivalente à proposição “Todo carioca é recifense e existe recifense que não é carioca”.

20. As proposições $(\neg p \wedge q) \rightarrow (q \vee \neg r)$ e $(\neg q \wedge r) \rightarrow (p \wedge \neg q)$ são logicamente equivalentes.

Julgue o item seguinte, acerca da proposição P: Existe vida em outros planetas ou 2012 foi um ano bissexto.

21. A proposição P é verdadeira.

22. Considere que os conjuntos A e B sejam disjuntos, que os conjuntos A, B e C tenham o mesmo número de elementos, que a união dos três possua 220 elementos e que a interseção entre A e C possua o triplo de elementos da interseção entre B e C. Assim, se a interseção entre B e C possui 20 elementos, então o conjunto B tem menos de 100 elementos.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Em relação as noções de ataques e procedimentos de segurança, analise a assertiva a seguir.

23. O Malware Bot é um tipo de programa malicioso que afeta parcialmente ou completamente o computador durante sua inicialização.

Sobre sistemas operacionais, considerando máquinas com instalação de Windows, julgue o item a seguir.

24. Considerando que um usuário execute a ação de desligamento Suspender, durante as atividades em uma máquina com Windows, nesse caso o computador será desligado. Porém, antes disso acontecer o Windows irá automaticamente gravar no disco rígido da máquina todos os documentos e programas que estão abertos, na forma de arquivo temporário, para posteriormente desligar o computador.

Sobre aplicações Microsoft, julgue os itens que se seguem.

25. Comparado a outras ferramentas de análise de negócios, o Power BI se destaca tanto pela sua capacidade de analisar grandes volumes de diferentes tipos de dados, quanto também pela praticidade e facilidade no uso da ferramenta, sendo, atualmente, uma das ferramentas preferidas pelos estatísticos e analistas.

26. No aplicativo editor de texto Word, o modelo de exibição da área de edição Estrutura de Tópicos não possui divisão entre as páginas do documento, ou seja, o texto aparecerá de forma corrida, mas manterá elementos como imagens, gráficos, ícones, entre outros elementos visuais.

Sobre técnicas de segurança por Criptografias e conceitos de Redes de Computadores, julgue os itens a seguir.

27. Na técnica de embaralhamento por cifra de substituição o sistema irá se basear em um alfabeto secundário, conhecido como alfabeto de substituição ou alfabeto de cifra.

28. A expressão Backbone, Espinha Dorsal, pode ser entendida em redes locais como a responsável por manter toda estrutura física de operação da rede. Essa técnica é utilizada em conjunto com a topologia de barramento para representação de um cabo de dados que é estendido em uma repartição de uma empresa onde várias máquinas se conectam a ele.

29. O Protocolo de Resolução de Endereços ARP pode ser compreendido como uma Tabela de endereços, usado em redes de computadores para converter os endereços da camada de rede para endereços da camada de enlace.

Sobre noções de VoIP, julgue o item abaixo.

30. Sistemas que operam por chamada de voz e vídeo-chamada são altamente atrativos a organizações para, dentre outras atividades, reduzirem custos de ligações locais e internacionais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue as afirmações que se seguem:

31. O privilégio de utilização de inventos industriais é temporário.

32. O *habeas data* poderá ser impetrado por pessoas jurídicas em favor de pessoas físicas.

No que diz respeito ao Poder Executivo, julgue as próximas assertivas:

33. Ocorrendo a dupla-vacância nos cargos de chefia do Poder Executivo federal no curso do terceiro ano do mandato, deverão ser convocadas eleições indiretas, no prazo de 30 dias.

- 34.** O Brasil adota o sistema presidencialista de governo, com nítida interdependência entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Julgue os itens subsequentes, a respeito da segurança pública, de acordo com o disposto na CF/88:

- 35.** A polícia penal é independente, não estando subordinada ao governador do Estado.

Julgue a próxima assertiva, com base no que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos:

- 36.** Nosso ordenamento proíbe a existência de inelegibilidades absolutas.

Considerando as regras atinentes aos direitos de nacionalidade, julgue o item a seguir:

- 37.** Decisão administrativa poderá determinar a perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado somente em caso de atividade nociva ao interesse nacional.

No que diz respeito às disposições constitucionais sobre os direitos sociais, julgue o item a seguir:

- 38.** A Constituição Federal não proíbe que a remuneração dos militares seja estabelecida em patamar inferior ao do salário mínimo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

Acerca dos Poderes da Administração e da Responsabilidade Civil do Estado, julgue as próximas assertivas.

- 39.** A punição de uma empresa particular que recebeu a delegação de um serviço público, mas que o esteja prestando de maneira deficiente, decorre do poder de polícia de polícia.

- 40.** Ocorre abuso de poder, na modalidade desvio de poder, quando um agente público pratica um ato que não é de sua competência, com o intuito de prejudicar um desafeto.

- 41.** Para a fins de responsabilização civil estatal, é irrelevante que a conduta lesiva tenha sido comissiva ou omissiva.

Acerca das Licitações e dos Contratos Administrativos, levando em consideração as normas traçadas na Lei 8.666/93, julgue os próximos itens.

- 42.** Eventuais modificações no edital de licitações exigem divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, contudo, nem sempre será obrigatória a reabertura do prazo inicialmente estabelecido para o recebimento das propostas ou para a realização do evento.

- 43.** Em caso de contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com empresa concessionária de serviço público, é facultado ao administrador realizar a licitação ou firmar diretamente o contrato, com dispensa de licitação.

O Decreto 10.024/19 estabelece as regras que regulamentam a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica. Considerando as disposições desse Decreto, analise os próximos itens.

- 44.** No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará quinze minutos e, após o encerramento desse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances, que ocorrerá aleatoriamente no prazo de dez minutos.

45. Quando for encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta. Contudo, é proibido que essa negociação contemple condições diferentes das previstas no edital.

A Lei 9.784/99 estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, analise o próximo item.

46. Será inconstitucional lei que exija o depósito prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

47. Com relação a aplicação da lei penal, julgue o item a seguir. De acordo com o art. 8.º do CP, a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas, desde que as penas digam respeito a crimes que não estejam inseridos no rol daqueles que, por convenção ou tratado internacional, o Brasil tenha se obrigado a combater, exigindo ainda, que os crimes sejam da mesma espécie.

48. No que diz respeito a aplicação da lei penal no espaço, analise a assertiva a seguir. George, de nacionalidade britânica, desferiu quatro golpes de faca em Paul, também de nacionalidade britânica, matando-o. O crime aconteceu no interior de uma aeronave estrangeira de propriedade privada em espaço aéreo correspondente do Brasil. Nessa situação, aplicar-se-á a lei brasileira ao crime praticado por George dentro do território brasileiro.

49. No conflito aparente de normas, o princípio da especialidade preceitua que a norma de caráter especial exclui a aplicação daquela com caráter geral. Trata-se de uma apreciação em abstrato e, portanto, independe da pena prevista para os crimes, podendo ser estas mais graves ou mais brandas. Por exemplo, se a mãe mata o filho, durante ou logo após o parto sob a influência do estado puerperal, comete infanticídio e não homicídio.

50. Pedro passeava com seu filho de 4 anos em um parque quando um cão pitbull feroz, sem coleira e desacompanhado, quando o animal começou o ataque na criança, Pedro pegou um pedaço de madeira no chão, e arremessou na direção do animal, que fugiu. Contudo, a madeira acabou acertando a canela de Joana, que estava caminhando no parque e que no momento do golpe passava atrás do animal, ocasionando nela um ferimento de natureza leve. Diante da situação hipotética, João agiu abarcado pela legítima defesa, e deve ser absolvido do crime de lesão corporal ocasionado em Joana.

51. Sobre a relação de causalidade no Direito Penal, responda a assertiva subsequente. Gabriel dispara uma arma objetivando a morte de Rafael, sendo certo que o tiro não atinge um órgão vital. Durante o socorro, a ambulância que levava Rafael para o hospital é atingida violentamente pelo caminhão dirigido por Miguel, que sem observar o dever de cuidado, ultrapassara o sinal vermelho. Em razão da colisão, Rafael falece. Nesse caso, Gabriel deve responder por lesão corporal seguida de morte e Miguel por homicídio culposo.

52. Robson ingressa na residência de Lourdes e subtrai o cofre que se encontra na sala, levando-o para um local distante. Como desconhecia o segredo do cofre, utiliza-se de um machado para abri-lo, e subtrai as joias que estavam em seu interior. Após abandonar o cofre violado, leva as joias para Lucas, dono da Loja LS Joalheria LTDA, que efetua a compra sem se importar em apurar a origem das joias adquiridas. Algum tempo depois o fato é descoberto e a notícia é levada para apuração do Delegado de Polícia. Nessa situação hipotética, Robson e Lucas deverão responder, respectivamente, pelos crimes de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (Art. 155, § 4º, I, do CP) e receptação qualificada (Art. 180, § 1º, do CP).

53. Bárbara recebeu, inadvertidamente, uma nota falsa de R\$ 20,00 (vinte reais) e não se recorda mais de quem a obteve. A nota em questão foi recusada em diversas oportunidades em estabelecimentos comerciais que dispunham de equipamento apropriado à verificação da autenticidade de papel-moeda. Mesmo assim, e sentindo-se injustiçada por ter recebido a nota falsa de boa-fé, como se verdadeira fosse, continuou a repassá-la em outros estabelecimentos. Nesse caso, Bárbara não cometeu crime algum, pois recebeu as notas em questão de boa-fé, o que torna o fato atípico.

54. Felipe, com 18 anos de idade, dirigindo um automóvel em excesso de velocidade, atropelou um pedestre que, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Seu pai, Manoel, em atitude de solidariedade com uma mescla de desespero, assume a autoria do crime. Manoel, teria, em tese, praticado o crime de favorecimento pessoal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

55. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do proprietário, salvo em caso de flagrante delito, prisão preventiva, desastre ou para prestar socorro, ou, durante todo o dia, por determinação judicial.

56. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família, de advogado e de ministro de confissão religiosa.

57. A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação teratológica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

58. A polícia judiciária será exercida pelos agentes policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria, além da execução das penas.

59. O despacho que indeferir o requerimento de abertura do Inquérito Policial não comporta nenhum recurso.

60. Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

61. A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato acobertado por alguma das excludentes de ilicitude.

62. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 180 (cento e oitenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ricardo Torques

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco na história dos direitos humanos. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:

63. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê a família como um núcleo natural da sociedade e, por isso, deverá ser protegida sem qualquer interferência estatal.

64. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece um filtro interpretativo orientador de modo que os direitos e liberdades ali previstos não sejam exercidos de modo contrário aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue o item seguinte:

65. As metas, prazos e recursos necessários à implementação do PNDH-3 serão definidos e aprovados em planos bianuais.

66. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) abrange um extenso rol de direito e de medidas a serem implementadas a partir de uma visão de transversalidade.

Com base nas disposições da Lei de Execução Penal, julgue os itens sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e sobre o Conselho Penitenciário.

67. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 (treze) membros, com mandato de 2 (dois) anos, sendo renovado 1/3 (um terço) de sua composição a cada ano. Compete ao Conselho, dentre outras atribuições, promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do País e estabelecer os critérios para a elaboração da estatística criminal.

68. O Conselho Penitenciário é composto por membros nomeados pelo Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios para um mandato de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez.

Com base no texto constitucional e no posicionamento dos Tribunais Superiores, julgue os itens:

69. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. No entanto, em ponderação face ao direito à imagem do indivíduo e ao devido processo legal, não é permitido o uso de algemas durante audiência de instrução e julgamento.

70. Para o Supremo Tribunal Federal, em obediência ao direito fundamental à saúde, o Estado, eventualmente, será obrigado a dispensar medicamento não constante de lista do Sistema Único de Saúde.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Paulo Guimarães

71. No que diz respeito aos crimes previstos na Lei que Define Organização criminosa (Lei n. 12.850/2013), é proibida a participação do Juiz nas negociações da colaboração premiada. Esse papel cabe ao Ministério Público ou ao Delegado de Polícia, ao lado do colaborador e de seu advogado.

72. Segundo a Lei n. 12.850/2013, que define as organizações criminosas, o acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime, sendo vedado ao magistrado decidir por sua publicidade em qualquer hipótese.

73. De acordo com o entendimento jurisprudencial, o crime de lavagem de dinheiro é crime permanente.

74. De acordo com a Lei n. 9.613/1998 o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF está impedido de requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas mesmo quando envolvidas em atividades suspeitas.

75. Os crimes previstos na Lei n. 13.869/2019 são considerados crimes próprios, ou seja, só podem ser praticados por servidores públicos.

76. De acordo com a Lei n. 13.869/2019 pode configurar crime de abuso de autoridade a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas.

77. De acordo com a Lei n. 9.455/1997, a tortura não se resume à imposição de dor física, mas também está relacionada ao sofrimento mental e emocional. Essa agonia mental muitas vezes é chamada de tortura limpa, pois não deixa marcas perceptíveis facilmente.

78. Nos crimes de tortura se admite o arrependimento eficaz, mas não o arrependimento posterior.

79. A Lei n. 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, trata da responsabilização das pessoas jurídicas apenas no que se refere aos aspectos civis e administrativos.

80. De acordo com a Lei n. 12.846/2013, que trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira, julgue a assertiva abaixo:

A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade, mas, no âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União (CGU) terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos

instaurados com fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.

EXECUÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

81. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

A visita social no Sistema Penitenciário Federal só pode ser realizada por videoconferência.

82. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

A visita social em parlório será assegurada ao cônjuge, companheira, parentes e amigos, separados por vidro, garantindo-se a comunicação por meio de interfone

83. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

O preso que no período de um 360 dias ininterrupto apresentar ótimo comportamento carcerário, nos termos do Anexo do Decreto nº 6.049, de 2007, fará jus, uma vez ao mês, à visita social em pátio de visitação, sob autorização do Diretor do Estabelecimento Penal Federal, devidamente fundamentada no relatório da autoridade disciplinar.

84. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências

A visita social, em pátio de visitação, será autorizada pelo chefe de plantão, desde que preenchidos os requisitos da portaria mencionada.

85. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências

O início da contagem para o interno fazer jus à visita em pátio de visitação, ocorrerá, da data de publicação desta Portaria, no caso de presos já incluídos ou transferidos para estabelecimentos penais federais de segurança máxima e da data da efetiva inclusão no estabelecimento penal federal de segurança máxima.

86. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item abaixo:

A fuga configura falta grave de natureza permanente, porquanto o ato de indisciplina se prolonga no tempo, até a recaptura do apenado.

87. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item abaixo:

A ausência de defesa técnica em procedimento administrativo disciplinar instaurado para apuração de falta grave em execução penal viola os princípios do contraditório e da ampla defesa e enseja nulidade absoluta do PAD.

88. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item abaixo:

É imprescindível a perícia de aparelho celular apreendido para a configuração da falta disciplinar de natureza grave do art. 50, VII, da Lei n. 7.210/1984.

89. Em relação ao que dispõe a LEP, julgue o item abaixo:

O órgão do Ministério Público deve visitar anualmente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.

Durante revista regular no interior de um presídio, um revólver foi encontrado na posse de Antônio, que cumpria pena no regime semiaberto, o que constitui falta grave.

A partir dessa situação hipotética, julgue os três próximos itens:

90. Em se tratando de situação de flagrância, o diretor do presídio poderá, desde já, efetuar a inclusão do detento em regime disciplinar diferenciado.

91. Antônio estará sujeito a regressão do regime de cumprimento da pena, desde que condenado pelo juízo competente pela posse da arma.

92. O juízo de execução poderá determinar regressão do regime, baseado em procedimento instaurado pelo diretor do presídio, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.

93. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item abaixo:

É possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa, ainda que extramuros.

94. Considerando os dispositivos legais e o entendimento dos tribunais superiores acerca de aspectos processuais da execução penal, julgue o item abaixo

De acordo com o STF, a transferência do apenado para penitenciária federal por motivo de segurança pública não é compatível com a progressão de regime prisional.

95. A remição da pena pelo estudo é prevista no ordenamento pátrio apenas por construção jurisprudencial.

João cumpria pena no regime semiaberto quando foi flagrado, por agentes penitenciários, com um aparelho de telefone celular em sua cela.

Considerando essa situação hipotética, julgue os dois itens abaixo à luz da jurisprudência dos tribunais superiores:

96. O juízo da execução penal poderá decretar de plano a perda da integralidade dos dias remidos por trabalho realizado por João durante o cumprimento da pena.

97. No caso de processo administrativo disciplinar, a oitiva de João poderá ser realizada independentemente do acompanhamento de advogado ou defensor público.

98. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item abaixo:

A decisão proferida pela autoridade administrativa prisional em processo administrativo disciplinar - PAD que apura o cometimento de falta grave disciplinar no âmbito da execução penal é ato administrativo, portanto, passível de controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

No que diz respeito a trabalho do preso, julgue os três próximos itens:

99. Compete à direção do estabelecimento prisional autorizar o trabalho externo.

100. O preso político está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade

101. O trabalho externo será admissível para os presos em regime semiaberto somente em serviço ou obras públicas.

102. Julgue o item abaixo e acordo com a **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.226, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, anexo 1:**

A renovação da habilitação para uso de armas de fogo em serviço deve ser feita com periodicidade mínima de 1 (um) ano.

103. Julgue o item abaixo e acordo com a **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.226, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, anexo 1:**

O ato de apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem não deverá ser uma prática rotineira e indiscriminada.

104. Julgue o item abaixo e acordo com a **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.226, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, anexo 1:**

É legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.

105. Julgue o item abaixo e acordo com a **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.226, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, anexo 1:**

O uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

**DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
NACIONAL****Tiago Zanolla**

Com base na Lei n. 11.671/2008, julgue os itens a seguir.

106. Poderão ser incluídos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima indivíduos condenados ou provisórios desde que a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso.

107. A inclusão em estabelecimento penal federal de segurança máxima, no atendimento do interesse da segurança pública, será em regime fechado de segurança máxima, tendo, entre outras, como característica, o recolhimento em cela individual e a visita do cônjuge, do companheiro, de parentes e de amigos somente em dias determinados, por meio virtual ou no parlatório, com o máximo de duas pessoas por vez, além de eventuais crianças, separados por vidro e comunicação por meio de interfone, com filmagem e gravações;

108. Os estabelecimentos penais federais de segurança máxima deverão dispor de monitoramento de áudio e vídeo, vedado o uso nas celas e no atendimento advocatício.

109. Caberá à Advocacia Pública da União a assistência jurídica ao preso que estiver nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima.

110. A inclusão de preso em estabelecimento penal federal de segurança máxima será excepcional e por prazo determinado. O período de permanência será de até 3 anos, renovável uma vez por igual período.

111. Expirado o prazo de permanência em estabelecimento penal federal sem que seja feita a renovação, o preso será imediatamente posto à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

À luz do Decreto n. 6.049/2007, julgue os itens a seguir.

112. Entre outras, a assistência material, jurídica e psicológica prestada ao preso e ao egresso obedecerá aos procedimentos consagrados pela legislação vigente.

113. A assistência psiquiátrica e psicológica será prestada por profissionais da área, por intermédio de programas envolvendo o preso e seus familiares e a instituição, no âmbito dos processos de ressocialização e reintegração social.

114. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar, ensino básico e fundamental, profissionalização e desenvolvimento sociocultural. O ensino profissionalizante será obrigatório, atendendo-se às características da população urbana e rural, segundo aptidões individuais e demanda do mercado.

115. É assegurada cultos dentro do estabelecimento penal, desde que sejam celebrados por padres católicos.

116. As recompensas objetivam motivar a boa conduta, desenvolver os sentidos de responsabilidade e promover o interesse e a cooperação do preso definitivo ou provisório. As regalias poderão ser suspensas ou restrinvidas, isolada ou cumulativamente, por cometimento de conduta incompatível com este Regulamento, mediante ato motivado da diretoria do estabelecimento penal federal.

À luz da Lei n. 10.693/2003, Lei nº 11.907/2009 e a Lei nº 13.327/2016, julgue os itens a seguir.

117. O ingresso na Carreira de Agente Federal de Execução Penal dar-se-á na classe inicial, mediante aprovação em concurso público específico de provas e títulos, exigindo-se certificado de conclusão do ensino médio para acesso ao cargo efetivo que integra.

À luz do Manual de Assistências do Sistema Penitenciário Federal, julgue os itens a seguir.

118. Será prestada assistência psiquiátrica ou psicológica ao preso incluído no Regime Disciplinar Diferenciado - RDD, devendo ser relatadas ao chefe do serviço de saúde, por escrito, as alterações da saúde mental que eventualmente apresentar, sugerindo as medidas necessárias.

119. Quando a unidade não estiver aparelhada de recursos materiais ou humanos para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização do diretor

120. O serviço de saúde da penitenciária federal terá consultórios para o atendimento dos presos por médicos na modalidade clínica médica e psiquiátrica.



Estratégia
Concursos

Prova Discursiva

Marcio Damasceno

Jovem, negra e mãe solteira: a dramática situação de quem dá à luz na prisão

13 de setembro de 2017 - Notícias CNJ

A mulher que dá à luz na prisão é jovem, negra e mãe solteira. Inédito, o censo carcerário de mães presas feito pela Fundação Oswaldo Cruz e pelo Ministério da Saúde confirmou um perfil socioeconômico observável nas unidades prisionais femininas.

A pesquisa revelou também o drama da experiência de estar grávida e parir em uma prisão brasileira. Uma em cada três mulheres foi algemada após ser internada para o parto, apurou a pesquisa. A situação das mulheres que estão grávidas ou que tiveram filhos no sistema prisional é acompanhada pela presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, a partir de informações dos presidentes de tribunais de Justiça.

A vulnerabilidade social do grupo das mulheres presas, especialmente as mães que tiveram filhos na cadeia, também foi constatada pelo fato de 30% delas chefiarem suas famílias – 23% delas tinham famílias chefiadas pelas próprias mães. Praticamente metade delas (48%) não tinha concluído o ensino fundamental, ou seja, uma em cada duas mulheres presas entrevistadas estudou sete anos ou menos.

Experiência violenta e precária

De acordo com os resultados do estudo, a vulnerabilidade social delas foi agravada durante a experiência da parição. Embora a maioria delas (60%) tenha sido atendida em até meia hora após o início do trabalho de parto, apenas 10% das famílias das presas foram avisadas. Uma em cada três mulheres foi levada ao hospital em viatura policial. A estadia na maternidade também foi problemática, uma vez que 36% das mulheres ouvidas relataram que foram algemadas em algum momento da internação. Maus-tratos ou violência – verbal e psicológica – foram praticados por profissionais da saúde em 16% dos casos e por agentes penitenciários em 14% dos relatos.

Algemandas

Sete mulheres das 241 ouvidas (8% do total) alegaram ter sido algemadas enquanto davam à luz. Apenas 3% das mulheres entrevistadas tinham acompanhantes na sala de operação e as visitas pós-nascimento foram autorizadas em somente 11% dos casos. De acordo com os relatos colhidos durante a pesquisa, a intimidade das mulheres parturientes foi respeitada por 10,5% dos profissionais de saúde e por 11,3% dos agentes prisionais.

Antes do parto

Para analisar a experiência pré-parto e o atendimento prestado às gestantes, foi considerada recomendação do Ministério da Saúde, segundo a qual o pré-natal adequado tem de ser iniciado antes da 16ª semana da gestação. A distribuição das consultas é trimestral: uma no primeiro trimestre, duas no segundo e três, no terceiro. Apenas 32% das mulheres ouvidas tiveram um atendimento pré-natal adequado. Nove em cada dez mulheres entrevistadas chegaram à prisão grávidas. Destas gravidezes, duas de cada três foram indesejadas. De todas as mulheres grávidas, 19% não ficaram satisfeitas com a notícia da chegada de um filho.

[...]

Regras internacionais

O conjunto normativo considerado pelos pesquisadores, as Regras das Nações Unidas, sobre o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, foi editado em português pelo CNJ em 2016 na publicação ["As Regras de Bangkok"](#).

Regras de Bangkok

Historicamente, a ótica masculina tem sido tomada como regra para o contexto prisional, com prevalência de serviços e políticas penais direcionados para homens, deixando em segundo plano as diversidades que compreendem a realidade prisional feminina, que se relacionam com sua raça e etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, situação de gestação e maternidade, entre tantas outras nuances. Há grande deficiência de dados e indicadores sobre o perfil de mulheres em privação de liberdade nos bancos de dados oficiais governamentais, o que contribui para a invisibilidade das necessidades dessas pessoas.

O principal marco normativo internacional a abordar essa problemática são as chamadas Regras de Bangkok – Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Essas Regras propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário.

Apesar de o Governo Brasileiro ter participado ativamente das negociações para a elaboração das Regras de Bangkok e a sua aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas, até o momento elas não foram plasmadas em políticas públicas consistentes, em nosso país, sinalizando, ainda, o quanto carece de fomento a implementação e a internalização eficaz pelo Brasil das normas de direito internacional dos direitos humanos. E cumprir esta regra é um compromisso internacional assumido pelo Brasil.

Embora se reconheça a necessidade de impulsionar a criação de políticas públicas de alternativas à aplicação de penas de prisão às mulheres, é estratégico abordar o problema primeiramente sob o viés da redução do encarceramento feminino provisório. De acordo com as Regras de Bangkok, deve ser priorizada solução judicial que facilite a utilização de alternativas penais ao encarceramento, principalmente para as hipóteses em que ainda não haja decisão condenatória transitada em julgado.

Conselho Nacional de Justiça. Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras / Conselho Nacional de Justiça; Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi - Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ffdcbe397c32eecdc40afbb74.pdf>. Acesso em 19 de junho de 2020.

Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do **encarceramento feminino como ampliação dos problemas sociais no Brasil**. No seu texto, aborde, necessariamente:

- o aumento da população carcerária feminina e a política de drogas; [valor: 9,50 pontos]
- o impacto social da prisão de mulheres. [valor: 9,50 pontos]

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DEPEN-09-08-20>

NÃO É ASSINANTE?



Estratégia
Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>